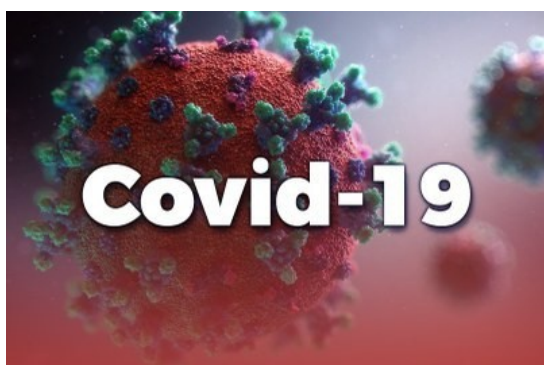




O que está sendo feito?

1. Respiradores e pagamento de auxílio voltam a discussão em reunião na Casa Civil



A terceira reunião para solução extrajudicial de conflitos resultantes da epidemia de covid-19, realizada na última quinta-feira (14) na Casa Civil da Presidência da República, voltou a discutir a compra de respiradores pelos estados, com requisição pela União, e problemas no pagamento do auxílio emergencial, entre outros temas. O encontro teve a presença de representantes do Giac-Covid-19,

Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública da União, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Cidadania, Ministério da Agricultura e Meio Ambiente (MAPA), Caixa Econômica Federal, entre outros órgãos.

Segundo a Secretaria de Governo da Casa Civil, os maiores fornecedores de respiradores do Brasil não estão conseguindo cumprir os prazos com a União, por conta das liminares concedidas em todo país. No encontro, o subprocurador-geral da República Hindemburgo Chateaubriand, que integra a Coordenação Finalística do Giac, reafirmou a necessidade de dar transparência às informações sobre critérios de distribuição dos respiradores, ordem de preferência, número de equipamentos disponíveis, etc. A falta de dados leva à judicialização da questão. Segundo ele, o MP não quer definir ou interferir na ordem de prioridade; o que se quer é transparência. Também foi discutido o BI que vai monitorar as liminares e ações judiciais relativas à covid-19, a ser elaborado pelo CNJ.

Os problemas envolvendo o auxílio emergencial também foram tema de debate, com informações sobre as medidas previstas e já adotadas para evitar filas e aglomerações no pagamento da segunda parcela do benefício, prevista para começar nesta semana. Os representantes do Giac informaram que está em fase final de elaboração um protocolo de intenções entre o MPF,



MPT e CEF, com condutas a serem adotadas para garantir a segurança nos pagamentos. A coordenadora finalística do Giac, Célia Regina de Souza Delgado, lembrou um dos pontos críticos do auxílio: o cadastro das pessoas que não possuem acesso à internet. A representante do Ministério da Cidadania informou que estão em andamento tratativas com os Correios para viabilizar o cadastro dos “ultravulneráveis”. O MP também vem recebendo várias representações relativas ao indeferimento de benefícios com base em motivos vagos ou à demora excessiva na análise dos pedidos.

No encontro, o Giac também solicitou que as informações da Casa Civil acerca dos repasses de verbas para estados e municípios sejam encaminhadas em formato editável, para facilitar a inserção dos dados em ferramenta de BI e permitir a atualização em tempo real. A Câmara de Combate à Corrupção do MPF está responsável por elaborar as planilhas e a ferramenta.

O encontro discutiu ainda a entrega de cestas básicas a populações indígenas, alvo de liminares e decisões judiciais. A proposta foi criar um protocolo de entendimentos sobre o tema. Diante da informação de que já existe um grupo de trabalho voltado para esse assunto – envolvendo Casa Civil e Ministérios da Cidadania, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Defesa e da Mulher, Família e Direitos Humanos -, a coordenadora do Giac sugeriu a inclusão de representantes da 6ª Câmara do MPF no GT. O protocolo deverá ser assinado pela Presidência, Conselho Nacional de Justiça, a 6CCR e pelos Ministérios envolvidos.

2. Liminar determina que Hospital Souza Aguiar adote medidas de proteção para trabalhadores

A Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro atendeu a pedido do Ministério Público do Trabalho em ação civil pública e determinou, em liminar, que o Hospital Municipal Souza Aguiar, um dos maiores da capital fluminense, adote medidas de proteção para seus trabalhadores. Investigação realizada pelo MPT constatou fornecimento insuficiente e inadequado de equipamentos de proteção individual (EPIs), falta de treinamento e capacitação para os profissionais de saúde, entre outras irregularidades. Verificou também que o Hospital não possui Programa de Controle Médico de Saúde Operacional (PCMSO) e não vem adotando medidas de



contingenciamento para evitar que seus profissionais sejam contaminados pelo novo coronavírus.

O Souza Aguiar deverá garantir a todos os profissionais, inclusive residentes e terceirizados, o acesso a equipamentos de proteção individual (EPIS) e coletiva (EPCs), junto com o fornecimento de testes do tipo PCR na quantidade necessária para a unidade. A Justiça ainda determinou o imediato complemento da mão de obra, para que o quadro de pessoal esteja em conformidade com o perfil assistencial da unidade e com o recomendado na Portaria 2048/02.

O Brasil já perdeu mais profissionais da enfermagem mortos por covid-19 do que os Estados Unidos, o país mais atingido pela pandemia. Até o dia 7 de maio, o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) já contabilizava 98 óbitos confirmados, ante 91 registrados nos Estados Unidos. O país já é responsável por 38% das 260 mortes desses profissionais em todo o mundo, durante a pandemia, sendo o primeiro da lista. [Leia mais](#).

3. MPT realiza a primeira inspeção virtual do Brasil no maior hospital da Bahia

O MP na Bahia fez a primeira inspeção virtual realizada no Brasil depois das novas normas estabelecidas pós-pandemia. O alvo da ação foi o Hospital Geral Roberto Santos, maior unidade de saúde do estado. Por meio de parceria com diversas entidades que compõem o Comitê de Enfermagem para Enfrentamento da Covid-19 na Bahia e com o Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (Cesat), procuradores, peritos e analistas do MPT acompanharam por videoconferência a verificação das condições de saúde e segurança do trabalho na unidade. Os peritos do órgão estão agora analisando documentações e irão nos próximos dias apresentar o relatório final da inspeção.

“Fizemos uma inspeção piloto para poder chegar a um modelo de verificação do cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, que poderá ser replicado para outras unidades do MPT, permitindo a continuidade da atuação finalística”, explica a procuradora Cláudia Soares, que coordenou a inspeção. [Leia mais](#).



4. MPCE instaurou 43 procedimentos para fiscalizar a aplicação de recursos no combate ao coronavírus

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) já tem 43 procedimentos instaurados para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos estaduais e municipais para o combate ao novo coronavírus. As investigações acompanham os mais diversos atos e contratos administrativos, para prevenir irregularidades e responsabilizar agentes públicos ou privados por eventuais ilícitos. A medida está de acordo com orientações do Giac, que expediu recomendação nesse sentido aos ramos do MPU e aos MPs Estaduais. A fiscalização do MP Estadual está sendo feita em parceria com órgãos de controle como a Controladoria Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE). [Leia mais.](#)

5. Justiça determina retirada de renais crônicos de prontos-socorros para evitar contaminações

O Governo do Estado do Amazonas tem o prazo de cinco dias para deslocar o atendimento dos pacientes renais crônicos dos prontos-socorros da capital para as clínicas renais conveniadas com o SUS instaladas em Manaus. A mudança do local de atendimento foi determinada pela Justiça, que deferiu parcialmente, no dia 11/5, medida cautelar ajuizada pelo Ministério Público do Amazonas (MPAM). O objetivo da mudança é evitar contaminações de pacientes renais crônicos pelo novo coronavírus nos prontos-socorros, que são as portas de acesso ao sistema de Saúde pública para os que apresentam sintomas da covid-19. [Leia mais.](#)